

ANEXO I

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL		PÁG: 1 de 4
	PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO Nº _____ • TERMO DE _____		
CNPJ: _____ • NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL • NOME DO DIRIGENTE DA OSC • DIRETORA-PRESIDENTE • CPF: _**._._-**			
ENDEREÇO: _____ • _____ • CAMPO GRANDE/MS • CEP: 79_____ CONTATO: (67)-_____ (67)-_____ @_____.____.br			
Nº do Chamamento: ____ / Modalidade: _____ Nº do Processo: _____		Valor: R\$ _____	
		Contrapartida: R\$ _____	

DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO • AGÊNCIA: _____ • CONTA: _____

OBJETO

INFORMAÇÕES DO OBJETO DA PARCERIA.
UTILIZAÇÃO CASO SEJA NECESSÁRIO.

OBSERVAÇÕES

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO DA PARCERIA.

CONTRAPARTIDA

DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA CASO HAJA.
JUTIFICATIVA DA PROPOSTA.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

DESCREVER AS OBRIGAÇÕES OU FAZER REFERÊNCIA PARA A CLÁUSULA NO TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO.

OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

DESCREVER AS OBRIGAÇÕES OU FAZER REFERÊNCIA PARA A CLÁUSULA NO TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO.

DESCRIÇÃO DA REALIDADE

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO I, DA LEI N. 13.019/2014 - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL		PÁG: 2 de 4
	PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO Nº _____ • TERMO DE _____		
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CNPJ: _____ • NOME DO DIRIGENTE DA OSC • DIRETORA-PRESIDENTE • CPF: __.__.____-__			
ENDEREÇO: _____ • CAMPO GRANDE/MS • CEP: 79 _____ CONTATO: (67)-_____ (67)-_____ @_____.____.br			
Nº do Chamamento: ____ / Modalidade: _____ Nº do Processo: _____		Valor: R\$ _____	
		Contrapartida: _____	R\$ _____

METAS DA PARCERIA		
META 1: _____		
Unidade/Público Alvo: _____	QTDE: _____	PRAZO: _____
Descrição das atividades para o cumprimento da meta (Ações)		

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO II, DA LEI N. 13.019/2014 - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.

Forma de Execução

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição
--

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO IV, DA LEI N. 13.019/2014 - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

META 2: _____		
Unidade/Público Alvo: _____	QTDE: _____	PRAZO: _____
Descrição das atividades para o cumprimento da meta (Ações)		

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO II, DA LEI N. 13.019/2014 - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados. Rescisões:

Forma de Execução

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO III, DA LEI N. 13.019/2014 - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição
--

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO IV, DA LEI N. 13.019/2014 - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

DESEMBOLSO FINANCEIRO			
CÓDIGO/FONTE			PROGRAMÁTICA
_____ - DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO - APLICACAO DIRETA - PMCG			_____._____._____/UG
TIPO	FICHA	NATUREZA DE DESPESAS	VALOR
MUNICIPAL	Nº DA FONTE DE RECURSO	I: 44504200	R\$ _____
CONTA BANCÁRIA: NOME DO BANCO • AGÊNCIA: _____ • CONTA: _____ (CAMPO EXCLUSIVO DA ADM PÚBLICA)			
PARCELA	MÊS/ANO	VALOR DA PARCELA	
1	____-____	R\$ _____	
2	____-____	R\$ _____	
3	____-____	R\$ _____	
4	____-____	R\$ _____	
TOTAL PARCELAS:		R\$ _____	
TOTAL GERAL:		R\$ _____	

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL		PÁG: 3 de 4
	PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO Nº _____ • TERMO DE _____		
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CNPJ: _____ • NOME DO DIRIGENTE DA OSC • DIRETORA-PRESIDENTE • CPF: __.__.____-__			
ENDEREÇO: _____ • _____ • CAMPO GRANDE/MS • CEP: 79_____ CONTATO: (67)-_____ (67)-_____ @_____.____.br			
Nº do Chamamento: ____ / Modalidade: _____ Nº do Processo: _____		Valor: R\$ _____	
		Contrapartida:	R\$ _____

CÓDIGO/FONTE		PROGRAMÁTICA	
____ - DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO - APLICACAO DIRETA - PMCG		____/UG	
TIPO	FICHA	TIPO	FICHA
MUNICIPAL	Nº DA FONTE DE RECURSO	C: 33504300	R\$ _____

CONTA BANCÁRIA: NOME DO BANCO • AGÊNCIA: _____ • CONTA: _____ (CAMPO EXCLUSIVO DA ADM PÚBLICA)

PARCELA	MÊS/ANO	VALOR DA PARCELA
1	____-____	R\$ _____
2	____-____	R\$ _____
3	____-____	R\$ _____
4	____-____	R\$ _____
5	____-____	R\$ _____
6	____-____	R\$ _____
7	____-____	R\$ _____
8	____-____	R\$ _____
9	____-____	R\$ _____
10	____-____	R\$ _____
11	____-____	R\$ _____
12	____-____	R\$ _____
TOTAL PARCELAS:		R\$ _____
TOTAL GERAL:		R\$ _____

ATENDER AO ARTIGO 22, INCISO II-A, DA LEI N. 13.019/2014 - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL		PÁG: 4 de 4
	PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO Nº _____ • TERMO DE _____		
CNPJ: _____ • NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL • NOME DO DIRIGENTE DA OSC • DIRETORA-PRESIDENTE • CPF: _**._._-**			
ENDEREÇO: _____ • _____ • CAMPO GRANDE/MS • CEP: 79 _____ CONTATO: (67)-_____ (67)-_____ @_____.____.br			
Nº do Chamamento: ____ / Modalidade: _____ Nº do Processo: _____		Valor: R\$ _____	
		Contrapartida: _____	R\$ _____

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

ESPECIFICAR A CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA

DETALHAR A DESPESA

PARCELA	VALOR DA PARCELA
1	R\$ _____
2	R\$ _____
3	R\$ _____
4	R\$ _____
5	R\$ _____
6	R\$ _____
7	R\$ _____
8	R\$ _____
9	R\$ _____
10	R\$ _____
11	R\$ _____
12	R\$ _____
TOTAL PARCELAS:	R\$ _____

AS CATEGORIAS ECONÔMICAS DAS DESPESAS PODEM SER:

- SUBVENÇÕES SOCIAIS/PESSOAL (FOLHA DE PAGAMENTO);
- AUXÍLIO/MATERIAL PERMANENTE;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/MATERIAIS DE CONSUMO;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/LOCAÇÃO DE IMÓVEIS;
- AUXÍLIO/OBRAS, REFORMA E AMPLIAÇÃO;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/OBRIGAÇÕES ENCARGOS FOLHA DE PAGAMENTO;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/OBRIGAÇÕES ENCARGOS BENEFÍCIOS;
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/PESSOAL (FOLHA DE PAGAMENTO) (COTA PATRONAL);
- AUXÍLIO/MATERIAL PERMANENTE (COTA PATRONAL);
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/MATERIAIS DE CONSUMO (COTA PATRONAL);
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (COTA PATRONAL);
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA (COTA PATRONAL);
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/LOCAÇÃO DE IMÓVEIS (COTA PATRONAL);
- AUXÍLIO/OBRAS, REFORMA E AMPLIAÇÃO (COTA PATRONAL);
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/OBRIGAÇÕES ENCARGOS FOLHA DE PAGAMENTO (COTA PATRONAL);
- SUBVENÇÕES SOCIAIS/OBRIGAÇÕES ENCARGOS BENEFÍCIOS (COTA PATRONAL).

OBSERVAÇÃO: para cada categoria econômica deve ser detalhada a despesa para atender ARTIGO 22, INCISO II-A, DA LEI N. 13.019/2014 - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

Campo Grande, __ de _____ de ____.

NOME DO DIRIGENTE DA OSC
RESPONSÁVEL LEGAL DA OSC

NOME DO REPRESENTANTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANEXO II

Timbre Instituição

DECLARAÇÃO QUANTO À COMPOSIÇÃO DO QUADRO DIRETIVO

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ nº. [CNPJ da organização da sociedade civil – OSC], em atendimento à disposição do art. 34, inciso VI, da Lei Federal n. 13.019/2014, a relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto:

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA OSC						
Nome	Cargo	RG/ Órgão Expedidor	CPF	Endereço Residencial	E-mail	Telefones
XXXXXXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXXX
XXXXXXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXXX
XXXXXXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXXX
XXXXXXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXXX
XXXXXXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXXX
XXXXXXX	XXXX	XXXX	XXX	XXX	XXX	XXXX

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20XX.
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO III

*Timbre Instituição***DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

Declaro para os devidos fins, sob as penas da lei, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, inscrita no CNPJ nº. *[CNPJ da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

➤ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

➤ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

➤ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sendo considerados: I) membros do Poder Executivo: o Chefe do Poder Executivo (Prefeito), vice Prefeito e Secretários Municipais; II) membros do Poder Legislativo: Vereadores; III) membros do Ministério Público (Procuradores e Promotores); *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

➤ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

➤ Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo (Art. 39, inciso V, alíneas a, b, c e d, da Lei n. 13.019, de 31/07/2014);

➤ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos (Art. 39, inciso VI, da Lei n. 13.019, de 31/07/2014); e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. (Art. 39, inciso VII, da Lei n. 13.019, de 31/07/2014)

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20XX.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV*Timbre Instituição***DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS**

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, inscrita no CNPJ nº. *[CNPJ da organização da sociedade civil – OSC]*:

➤ Dispõe de instalações, condições materiais, capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➤ Dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Campo Grande/MS, ____ de ____ de 20XX.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO V*Timbre Instituição***DECLARAÇÃO QUE NÃO HAVERÁ REMUNERAÇÃO COM RECURSOS REPASSADOS DE SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO, BEM COMO NÃO HAVERÁ CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE PARENTES ATÉ 2º GRAU, INCLUSIVE POR AFINIDADE**

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, inscrita no CNPJ nº. *[CNPJ da organização da sociedade civil – OSC]*, sob as penas da lei, nos termos dos art 45, inciso II da Lei nº 13.019, de 2014, que:

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➤ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Campo Grande/MS, ____ de ____ de 20XX.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VI

Timbre Instituição

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DE TRANSPARÊNCIA
(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

A Organização da Sociedade Civil [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ nº. [CNPJ da organização da sociedade civil – OSC], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) . [nome do Presidente da organização da sociedade civil – OSC], DECLARA, sob as penas da lei, que durante o período de vigência da parceria atenderá os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos, nos termos do art. 37, da Constituição Federal e art. 11 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e alterações:

1. Divulgar pela via eletrônica e em local visível na sua sede social e, quando o caso, no estabelecimento em que exerça suas ações, todas as informações sobre suas atividades e resultados relativos ao instrumento em referência, incluindo minimamente o estatuto social atualizado, os termos de ajuste vigentes e respectivos planos de trabalho, a relação nominal dos dirigentes, os valores recebidos oriundos dos repasses públicos, a relação dos prestadores de serviços, sejam pessoas físicas ou jurídicas, e respectivos valores pagos, a relação nominal contendo a remuneração individualizada dos dirigentes e empregados, contendo cargos e funções, os balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico financeiros de acompanhamentos, sem prejuízo de outros exigidos nas normativas mencionadas.

OBS: São dispensadas do cumprimento quanto a observância das regras de Transparência as parcerias realizadas no âmbito de PROGRAMAS DE PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 20XX.
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII

MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE OBJETO (ANUAL OU PARCIAL OU FINAL)

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MROSC - PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - REO	PÁGINA: DATA:
---	---	--	-------------------------------------

02 - Objeto:

Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados" (Lei Federal 13.019/2014, art. 66, I). Anexar: documentos de comprovação da realização das ações, tais como lista de presença, fotos, impressos sobre a divulgação das atividades/projeto, planilhas de controle dos serviços prestados etc;

01 - Nome da Organização da Sociedade Civil:		PRESTAÇÃO DE CONTAS: Anual ou Parcial ou Final					
		Ref. Parcela(s) nº		Referente Mês (es)			

03 - CNPJ:

04 - Endereço		05 - Município:		06 - UF		07 - Telefones:	
---------------	--	-----------------	--	---------	--	-----------------	--

08 - Empenho n.º Conforme Termo de Colaboração	09 - Valor da Parceria	10 - Qtde e Valor da Parcela 12 - R\$ 0,00	11 - Conta n.º	12 - Banco	13 - Agência	14 - Termo Fomento / Colaboração n.º:	15 - Vigência Parceria:
---	---------------------------	---	-------------------	---------------	-----------------	--	----------------------------

16 - Vigência Relatório:

AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS CONFORME PLANO DE TRABALHO									
Nº ordem da Meta	Descrição da Meta	Descrição das Atividades para o cumprimento da Meta	Unidade de medida	Indicador Físico					
				Previsto P.Trabalho		Executado no Período		Resultado	
				Qtde.		Qtde.		Excedente	Deficitário
1									

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	MROSC - PRESTAÇÃO DE CONTAS - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - REO	PÁGINA:	
			DATA:	
AÇÕES PROGRAMADAS				
AÇÃO EXECUTADAS				
BENEFÍCIOS ALCANÇADOS				

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste relatório e que o mesmo se encontra publicado na internet no endereço <https://mrosc.campogrande.ms.gov.br/> e no mural dessa OSC, conforme dispõe o Art.11 da Lei 13.019/2014. Os documentos comprobatórios do atingimento dos resultados aqui expostos se encontram à disposição para análise do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

Campo Grande, xx-xx-xxxx

Responsável pelo preenchimento

PRESIDENTE

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018
Parcerias voluntárias com entidades da sociedade civil, serão encaminhados ao Tribunal de Contas quando tiverem valor igual ou superior a: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
PEÇA OBRIGATÓRIA

2. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

ANEXO VIII
RELAÇÃO DE DESPESAS REALIZADAS

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL						DATA:
	RELAÇÃO DE PAGAMENTOS						
PROCESSO	TERMO DE XXXXXXXXXX - TX-X-S-XXXX/202X				PARCELA/Nº: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,.....		Tipo de PC. Anual ou Parcial ou Final
PARCEIRO:	NOME DA OSC						
CNPJ:	DA OSC				PERÍODO:		
Nº DE ORDEM	CREDOR	CPF / CNPJ	COMPROVANTE DE DESPESA			PAGAMENTO	VALOR (R\$)
			ESPÉCIE	Nº	DATA	Nº DOC.	
1							R\$
2							R\$
3							
4							
5							
							Total R\$

Campo Grande, XX de XXXXXXXX de 202X

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018
PEÇA OBRIGATÓRIA

12. Cópia das Notas Fiscais das despesas realizadas.

ANEXO IX

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL		DATA:
	CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		
PROCESSO	TERMO DE XXXXXXXXXX - TX-X-S-XXXX/202X	PARCELA/Nº: 1,2,3,4,....	Tipo de PC. Anual ou Parcial ou Final
PARCEIRO:	NOME DA OSC		
CNPJ:	DA OSC	PERÍODO:	
1. MOVIMENTAÇÃO			
1.1 NOME DO BANCO:	1.2 Nº DO BANCO:	1.3 Nº AGÊNCIA	1.4 Nº DA CONTA
1.5 SALDO CONFORME EXTRATO BANCÁRIO EM XX-XX-202X			
1.6 MENOS DEPÓSITO NÃO CONTABILIZADO:			
1.7 DOCUMENTOS NÃO COMPENSADOS CONFORME RELAÇÃO ABAIXO:			
1.8 SALDO CONCILIADO CONFORME CONTROLE DO PARCEIRO:			
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NÃO COMPENSADOS			
CREDOR		Nº CHEQUE	VALOR R\$
TOTAL VALOR			

rado em XX-XX-202X XX:XX por XXXXXXXXXXXX =>

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL			DATA:
	CONCILIAÇÃO BANCÁRIA			
PROCESSO	TERMO DE XXXXXXXXXX - TX-X-S-XXXX/202X		PARCELA/Nº: 1,2,3,4,....	Tipo de PC. Anual ou Parcial ou Final
PARCEIRO:	NOME DA OSC			
CNPJ:	DA OSC		PERÍODO:	
1. MOVIMENTAÇÃO				
1.1 NOME DO BANCO:		1.2 Nº DO BANCO:	1.3 Nº AGÊNCIA	1.4 Nº DA CONTA
TELEFONE:				
NOME DO CONTATO:				
E-MAIL:				
ENDEREÇO:				
Ilmo Sr.:				

Gerado em XX-XX-202X XX:XX por XXXXXXXXXXXX =>

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018

PEÇA OBRIGATÓRIA

9. Conciliação bancária e/ou extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento.

10. Demonstrativo da aplicação financeira dos recursos recebidos, emitido pelo banco, especificando os rendimentos auferidos em cada mês de aplicação.

11. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos ou declaração de inexistência.

ANEXO X

MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRO

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

CNPJ:

PERÍODO:

	CAMPO GRANDE		DATA:				
	NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL						
	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRO						
PROCESSO	TERMO DE XXXXXXXXX - TX-X-S-XXXX/202X	PARCELA/Nº: 1,2,3,4,....	Tipo de PC. Anual ou Parcial ou Final				
PARCEIRO:	NOME DA OSC						
01 - Nome da Organização da Sociedade Civil:		PRESTAÇÃO DE CONTAS: Anual ou Parcial ou Final					
		Ref. Parcela(s) nº 1,2,3,4,....	Referente Mês (es)				
EXECUÇÃO FÍSICA							
META DE REFERÊNCIA	AÇÃO	DESCRIÇÃO	UN	NO PERÍODO		ATÉ O PERÍODO	
				PROG.	EXEC.	PROG.	EXEC.
TOTAL							
REALIZADO NO PERÍODO				REALIZADO ATÉ O PERÍODO			

XECUÇÃO FINANCEIRA

	CAMPO GRANDE						DATA:		
	NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL								
	RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRO								
PROCESSO	TERMO DE XXXXXXXXX - TX-X-S-XXXX/202X			PARCELA/Nº: 1,2,3,4,....			Tipo de PC. Anual ou Parcial ou Final		
PARCEIRO:	NOME DA OSC								
META	FASE	ENTE PÚBLICO	PARCEIRO	OUTROS	TOTAL	ENTE PÚBLICO	PARCEIRO	OUTROS	TOTAL
	1,2,3,4,.....								
TOTAL									
OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS									

TELEFONE:	
NOME DO CONTATO:	
E-MAIL:	
ENDEREÇO:	
Ilmo Sr.:	

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018

PEÇA OBRIGATÓRIA

3. Relatório de execução financeira com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

ANEXO XI

MODELO DE RELATÓRIO DE VISITA *IN LOCO*
(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº	PÁGINA:	
		...	DATA:	

IDENTIFICAÇÃO		
Modalidade:	DATA DA VISITA ____/____/____ PERÍODO	
Período de vigência da parceria:	() Mat. () Vesp. () Not.	
Número da Parceria:	Processo Administrativo nº	
Nome da organização:.	CNPJ:	
E-mail:	Telefone:	
Gestor da Parceria:		
OBJETO DA PARCERIA:		
VALOR TOTAL DA PARCERIA (R\$):	VALOR REPASSADO (R\$):	VALOR COMPROVADAMENTE UTILIZADO (R\$):
VALOR DE APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$):	CONTRAPARTIDA (R\$):	DEVOLUÇÃO EFETUADAS (R\$):

Descrição Sumária das Atividades e Metas Estabelecidas
Digite aqui...

Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho
(Ex: as metas e objetos foram totalmente cumpridos? Em caso de resposta negativa, justificar e apontar as medidas adotadas pelos interessados na tentativa de cumpri-los):

EM RELAÇÃO A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS DESPESAS APRESENTADOS PELA ORGANIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS:
() De acordo com o previsto no Plano de Trabalho aprovado; () Parcialmente de acordo com o Plano de Trabalho aprovado. Justifique; () Em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho aprovado. Justifique; digite o texto aqui ou apague essa linha caso não utilize...

RELAÇÃO DOS BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS COM OS RECURSOS RECEBIDOS.
digite o texto aqui...

ATRAVÉS DA VISITA TÉCNICA PODE-SE CONCLUIR QUE O OBJETO DA PARCERIA VEM SENDO REALIZADO DE FORMA:
() totalmente adequada; () parcialmente adequada; () não adequada ao objeto da parceria considerando metas, atividades e indicadores constantes no Plano de Trabalho. Em caso de assinalar no item acima “parcialmente adequada” ou “não adequada ao objeto da parceria, atividades e indicadores constantes no Plano de Trabalho” apontar as recomendações para sanar as impropriedades:

CONCLUSÃO FINAL
Elencar aqui os motivos para a aprovação, ou então todas as impropriedades e citar a norma infringida nos casos de aprovação com ressalva ou reprovação, bem como as providencias adotadas

NOME DO SERVIDOR

ANEXO XII

MODELO DE RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº	PÁGINA:	
		...	DATA:	

IDENTIFICAÇÃO

Modalidade:			
Período de vigência da parceria:			
Número da Parceria:		Processo Administrativo nº	
Nome da organização:		CNPJ:	
E-mail:		Telefone:	
Gestor da Parceria:			
OBJETO DA PARCERIA:			
VALOR TOTAL DA PARCERIA (R\$):		VALOR REPASSADO (R\$):	VALOR COMPROVADAMENTE UTILIZADO (R\$):
VALOR DE APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$):		CONTRAPARTIDA (R\$):	DEVOLUÇÃO EFETUADAS (R\$):

Descrição Sumária das Atividades e Metas Estabelecidas

Digite aqui...

Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho

(Ex: as metas e objetos foram totalmente cumpridos? Em caso de resposta negativa, justificar e apontar as medidas adotadas pelos interessados na tentativa de cumpri-los):

EM RELAÇÃO A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS DESPESAS APRESENTADOS PELA ORGANIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

() De acordo com o previsto no Plano de Trabalho aprovado;
() Parcialmente de acordo com o Plano de Trabalho aprovado. Justifique; () Em desacordo com o previsto no Plano de Trabalho aprovado.
Justifique; digite o texto aqui ou apague essa linha caso não utilize...

RELAÇÃO DOS BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS, PRODUZIDOS OU TRANSFORMADOS COM OS RECURSOS RECEBIDOS.

digite o texto aqui...

FORAM REALIZADAS AUDITORIAS, VISITAS EM LOCO, PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM O PÚBLICO ALVO?

() Sim
() Não
Em caso de resposta positiva, anexe relatórios/pareceres faça uma análise dos respectivos relatórios, bem como informe as medidas adotadas.

CONCLUSÃO FINAL:

(elencar aqui os motivos para a aprovação, ou então todas as impropriedades e citar a norma infringida nos casos de aprovação com ressalva ou reprovação, bem como as providencias adotadas)

DESSE MODO, RECOMENDAMOS A:

() aprovação;
() aprovação com ressalvas;
() reprovação da presente Prestação de Contas.

A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM FULCRO NO ART. 59 DA LEI FEDERAL 13.019 DE 1/07/2014, MANIFESTA-SE CONCLUSIVAMENTE EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PELA:

() Homologação; () Não homologação.
Justificativa: digite o texto aqui ou apague essa linha caso não utilize...

NOME DOS SERVIDORES

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018
PEÇA OBRIGATÓRIA
4. Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, na prestação de contas anual, e o Parecer Técnico Conclusivo, na prestação de contas final.

ANEXO XIII

MODELO DE PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DO GESTOR DA PARCERIA
(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº	PÁGINA:	
		...	DATA:	

IDENTIFICAÇÃO			
Modalidade:			
Período de vigência da parceria:			
Número da Parceria:		Processo Administrativo nº	
Nome da organização:		CNPJ:	
E-mail:		Telefone:	
Gestor da Parceria:			
OBJETO DA PARCERIA:			
VALOR TOTAL DA PARCERIA (R\$):		VALOR REPASSADO (R\$):	VALOR COMPROVADAMENTE UTILIZADO (R\$):
VALOR DE APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$):		CONTRAPARTIDA (R\$):	DEVOLUÇÃO EFETUADAS (R\$):

ATENDENDO AO DISPOSTO O ART. 67 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 MANIFESTO A SEGUINTE CONCLUSÃO EM RELAÇÃO À EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS AÇÕES:

RESULTADOS ALCANÇADOS E BENEFÍCIOS:
Digite o texto aqui...

IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS:
Digite o texto aqui...

GRAU DE SATISFAÇÃO PÚBLICO ALVO:
Digite o texto aqui...

POSSIBILIDADE DE SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES APÓS A CONCLUSÃO DO OBJETO PACTUADO:
Digite o texto aqui...

ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS QUANTO À EXECUÇÃO DO OBJETO:
Digite o texto aqui...

ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA:
Digite o texto aqui...

ANTE AO EXPOSTO, INDICO A:
☐ regularidade; ☐ regularidade com ressalvas; ☐ irregularidade da prestação de contas. É o parecer técnico conclusivo de prestação de contas.

NOME DO SERVIDOR

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018
PEÇA OBRIGATÓRIA
4. Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, na prestação de contas anual, e o
Parecer Técnico Conclusivo, na prestação de contas final.

TENDO EM VISTA A ANÁLISE DA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO, TENDO POR BASE O RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA ACIMA INDICADA, BEM COMO A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE NO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCLUI-SE PELA:
☐ regularidade. ☐ regularidade com ressalvas. ☐ irregularidade da prestação de contas, pelo motivo abaixo indicado; a) Omissão no dever de prestação de contas; Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho; Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. OBSERVAÇÕES: Digite o texto aqui ou apague esta linha...

ANEXO XIV

MODELO DE PARECER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA

AUTORIDADE COMPETENTE

(ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018)

IDENTIFICAÇÃO		
Modalidade:		
Período de vigência da parceria:		
Número da Parceria:	Processo Administrativo nº	
Nome da organização:	CNPJ:	
E-mail:	Telefone:	
Gestor da Parceria:		
OBJETO DA PARCERIA:		
VALOR TOTAL DA PARCERIA (R\$):	VALOR REPASSADO (R\$):	VALOR COMPROVADAMENTE UTILIZADO (R\$):
VALOR DE APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$):	CONTRAPARTIDA (R\$):	DEVOLUÇÃO EFETUADAS (R\$):

	CAMPO GRANDE NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	CHAMAMENTO PÚBLICO Nº	PÁGINA:	
		...	DATA:	

Campo Grande/MS, ____ de ____ de 20XX.
(NOME DO GESTOR DA PARCERIA E MATRÍCULA)

COM FULCRO NO PARÁGRAFO 5º DO ART. 69 DA LEI FEDERAL 13.019/2014, A MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONCLUI:
() aprovação da prestação de contas;
() aprovação da prestação de contas com ressalva;
() rejeição da prestação de contas.

Campo Grande/MS, ____ de ____ de 20XX.
(NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE E MATRÍCULA)

ANEXO VI, item 12, da RESOLUÇÃO TCE/MS N.º 88, DE 03 DE OUTUBRO 2018

PEÇA OBRIGATÓRIA

6. Homologação da prestação de contas pela autoridade competente.